

# VENTOS PARA TRANSFORMAR O BRASIL

Uma Agenda para a Competitividade, a  
Transição Energética e o  
Desenvolvimento para os próximos  
quatro anos

# Energias Renováveis como Estratégia de Desenvolvimento Econômico Nacional

A energia eólica já demonstrou capacidade de atrair investimentos, interiorizar renda, criar uma cadeia industrial e oferecer eletricidade competitiva e de baixa emissão de carbono. Entretanto, seu potencial passou a ser limitado por cortes crescentes de geração, atrasos nas obras de infraestrutura e limitações do sistema de transmissão, além de dificuldades de acesso à rede, sinais econômicos distorcidos, insuficiência de flexibilidade e desaceleração da expansão.

Ao mesmo tempo, as novas oportunidades de negócios que surgem no setor elétrico, como os Sistemas de Armazenamento de Energia, Data Centers, Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, Eletrificação Industrial e Eólica Offshore exigem planejamento energético e coordenação institucional de longo prazo.

Esta agenda parte do Planejamento Estratégico 2026 da ABEEólica e dialoga com a agenda e as contribuições do Fórum das Associações do Setor Elétrico (FMASE), da Coalizão do Setor Elétrico CEBDS/PSR, e da ampla participação da Presidente Executiva no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS).

## 7 PRIORIDADES PARA O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO (SEB) E RESULTADOS ESPERADOS ATÉ 2030

- 01** **Governança, previsibilidade e capacidade de execução**  
Maior coordenação, transparência e agilidade nas decisões, com segurança jurídica, previsibilidade para investimentos, fortalecimento das instituições do setor e participação de todas as partes interessadas na construção dessa governança.
- 02** **Plano Nacional para reduzir cortes de geração**  
Reduzir estruturalmente o desperdício de energia renovável e recuperar previsibilidade para investimentos.
- 03** **Expansão da transmissão e acesso à rede**  
Expandir a capacidade de conexão e escoamento onde há geração competitiva e demanda produtiva.
- 04** **Investimento em flexibilidade operativa de menor custo e baixa emissão de carbono**  
Inserir armazenamento, resposta da demanda e serviços ancilares em mercados transparentes e tecnologicamente neutros.
- 05** **Isonomia e sinais econômicos eficientes, inclusive para a MMGD**  
Restabelecer condições de competição equilibrada e tornar explícitos custos, benefícios, subsídios e responsáveis.
- 06** **Eletrificação industrial e o acesso às novas cargas para reindustrializar o Brasil**  
Criar demanda qualificada para energia renovável por meio de data centers, hidrogênio, indústria, agro e transportes.
- 07** **Estratégia Nacional para desenvolver a indústria de eólica offshore com responsabilidade social**  
Colocar a eólica offshore em trajetória concreta de licenciamento, cessão de áreas e desenvolvimento de uma cadeia industrial nacional competitiva, com geração de empregos, inovação, investimentos e benefícios sociais para as comunidades costeiras.

# 01

## COMPROMISSO

### Governança, previsibilidade jurídica e capacidade de execução

Transformar planejamento em entrega e decisões técnicas em confiança para investir

A arquitetura institucional do setor elétrico brasileiro é um ativo relevante para absorver os novos investimentos produtivos e deve ser fortalecida. O problema central é a perda de coordenação entre a política energética e a política industrial para posicionar a energia eólica e as outras renováveis como tecnologias centrais de desenvolvimento econômico. Essa fragmentação cria atrasos nos investimentos, decisões contraditórias e aumento de custos que acabam onerando o consumidor e os investidores.

#### PROPOSTA DA ABEEÓLICA

Instituir uma Agenda Nacional de Energia, Indústria e Transição Energética, coordenada pela Presidência, CNDI e CNPE, com prioridades públicas, responsáveis, prazos e acompanhamento trimestral. O programa deve resguardar a continuidade das ações em andamento, fortalecer a autonomia e a capacidade técnica da ANEEL, EPE, ONS e CCEE, dar transparência às decisões do CNDI, CNPE, IBAMA e do CMSE, aprimorar o processo de licenciamento ambiental de infraestruturas estratégicas e prioritárias e assegurar a previsibilidade normativa e o respeito aos contratos.

#### O QUE MUDA

O governo deixa de reagir a ciclos econômicos isolados e passa a operar um projeto nacional integrado para o desenvolvimento econômico e social que considera uma visão ampla das ações envolvendo: ampliação de rede, flexibilidade no SIN, definição e redução de cortes de geração, novas cargas, crescimento da indústria eólica e desenvolvimento da indústria de eólicas offshore sob a mesma lógica de custo sistêmico total.

# 02

## COMPROMISSO

### Plano nacional para reduzir cortes de geração

Energia limpa disponível não pode ser tratada como desperdício inevitável

O alto volume de cortes de geração renovável é um problema estrutural com repercussões severas para toda a sociedade, desde investidores da indústria até os consumidores de energia que arcam com o custo operativo do despacho térmico intensificado. O chamado “curtailment” evidencia falhas de planejamento, operação e regulação setorial, ameaça a sustentabilidade econômica dos investimentos e a eficiência do Sistema Interligado Nacional (SIN).

O enfrentamento da sobreoferta e do curtailment exige atuar também sobre suas causas econômicas. A concessão de subsídios a novas fontes, sem adequada exposição aos sinais de preço e às condições reais do sistema estimula uma expansão desconectada da demanda e transfere seus custos aos ativos já instalados, especialmente aos parques eólicos, por meio de cortes de geração e perda de valor. Por isso, é necessário um cronograma claro para a eliminação gradual desses subsídios, além de medidas efetivas para reduzir e superar o curtailment.

#### PROPOSTA DA ABEEÓLICA

Criar um Plano Nacional de Redução do Curtailment, com diagnóstico público por causa e região, critérios objetivos e reproduzíveis para classificar restrições, metas anuais de redução e carteira de soluções. A política deve combinar reforços de rede, melhoria operativa, armazenamento, resposta da demanda, conexão flexível e novas cargas localizadas de modo eficiente.

#### PRINCÍPIO DE ALOCAÇÃO

A responsabilidade deve seguir causalidade, capacidade de gestão do risco e benefício sistêmico. O tratamento econômico não pode transferir indiscriminadamente aos geradores custos sobre os quais não têm controle.

# 03

## COMPROMISSO

# Transmissão, escoamento de energia e acesso à rede

Desenvolver redes elétricas mais eficientes é política de desenvolvimento

É certo que o Brasil possui um dos maiores fatores de capacidade para geração de energia eólica do mundo e apresenta potencial de expansão energética ainda muito promissor. Contudo, a defasagem do modelo operativo vigente, em termos tecnológicos ou regulatórios, compromete a viabilização de novos projetos e manutenção de negócios nesse segmento.

A PNAST - Política Nacional de Acesso ao Sistema de Transmissão, instituída recentemente pelo Decreto nº 12.772, de 5 de dezembro de 2025, vem com a promessa de otimizar a contratação do uso do sistema de transmissão a fim de dar maior isonomia, eficiência e modicidade tarifária ao consumidor.

A ABEEólica entende que a PNAST representa parte de um conjunto sofisticado de medidas que ainda precisam ser executadas para adaptar-se à nova realidade operativa com as novas necessidades sistêmicas de forma transparente, segura e sustentável.

### PROPOSTA DA ABEEÓLICA

Reconhecer a excelência técnica e o papel estratégico da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), fortalecendo sua estrutura e assegurando os recursos, a autonomia e as condições necessárias para que exerça plenamente suas atribuições de planejamento. A partir dessa capacidade, adotar um planejamento integrado da geração, da transmissão e da demanda, com visão locacional e avaliação do custo sistêmico total; publicar mapas de capacidade e gargalos; acompanhar obras críticas; estabelecer mecanismos eficientes de descontração que promovam o melhor uso da rede; e flexibilizar a contratação de novos perfis de carga e geração.

### PRIORIDADE REGIONAL

As regiões com maior potencial renovável devem receber atenção específica por concentrarem recursos eólicos excepcionais, cadeia industrial instalada, portos, projetos de hidrogênio e novas cargas, ao mesmo tempo que enfrentam limitações crescentes de escoamento da energia.

# 04

## COMPROMISSO

# Armazenamento e flexibilidade

Priorizar a contratação dos atributos e serviços necessários ao sistema, com neutralidade tecnológica

A expansão renovável exige um sistema elétrico mais preparado para lidar com as variações na geração. Para isso, o Brasil deve utilizar soluções como baterias, modernização das hidrelétricas, consumo de energia em horários mais adequados e novas tecnologias de rede. Essas alternativas devem competir em igualdade de condições, recebendo pelo benefício que entregam ao sistema, com regras claras e uma divisão justa dos custos.

### PROPOSTA DA ABEEÓLICA

Concluir o marco regulatório dos sistemas de armazenamento e criar plano para tornar o sistema elétrico mais flexível e seguro. A regulamentação deve contemplar diferentes formas de uso das baterias, evitar cobranças duplicadas pelo uso da rede e permitir que esses sistemas sejam remunerados pelos diversos benefícios que oferecem. Também deve estabelecer regras de conexão e operação, além de condições adequadas de tributação e financiamento.

### SEGURANÇA COM RACIONALIDADE

Contratações de reserva de capacidade, por meio de leilões promovidos pelo Governo, devem explicitar o risco mitigado, o atributo requerido, alternativas avaliadas, beneficiários e pagadores. A competição deve ocorrer pelo menor custo total para o consumidor.



# 05

## COMPROMISSO

### Isonomia e sinais econômicos eficientes

Quem causa custo paga; quem entrega benefício recebe; todo subsídio com prazo e transparência

A transição energética exige um ambiente de competição justo e equilibrado entre as diversas fontes. A existência de encargos sem causalidade, subsídios cruzados, diferenças de tratamento entre recursos centralizados e distribuídos, bem como preços desconectados da realidade da operação induzem decisões individuais que aumentam o custo dos diversos usuários do sistema. A MMGD deve ser integrada ao sistema com transparência, responsabilidade e valorização dos benefícios que efetivamente entregar. Além da isonomia, é importante defender a adoção de tarifas horárias, sinais locacionais e mecanismos que reflitam adequadamente o custo marginal da energia para todos os consumidores residenciais, comerciais e industriais. Esses instrumentos não devem ser apresentados apenas como uma forma mais justa de distribuir custos, mas como incentivos para orientar o consumo, reduzir a pressão sobre o sistema nos horários e locais mais críticos e, conseqüentemente, diminuir o custo da eletricidade para toda a sociedade.

#### PROPOSTA DA ABEEÓLICA

Revisar o modelo de subsídios existentes, os encargos e as regras de rateio com base em causalidade, benefício econômico e social mensurável. Para a MMGD, a política deve medir custos e benefícios locacionais e horários, aprimorar medição e resposta a sinais operativos, para coibir irregularidades e garantir isonomia competitiva em relação às demais fontes despacháveis pelo operador.

#### CONTA TRANSPARENTE

Todo benefício deve identificar beneficiário, pagador, impacto tarifário, fonte de custeio, duração e critério de revisão. Políticas sociais e industriais legítimas devem ser explícitas e financiadas pelo instrumento adequado.

# 06

## COMPROMISSO

### Eletrificação da indústria e as novas cargas no SIN

Priorizar a contratação dos atributos e serviços necessários ao sistema, com neutralidade tecnológica

A descarbonização da economia tem ganhado repercussão no cenário global para atingir as metas climáticas e acordos para redução da pegada de carbono. Esse cenário evidencia o papel do Brasil na geopolítica da transição energética e cria a necessidade de incentivos e estímulos a absorção desse novo ciclo de investimentos estrangeiros em eletrificação e tecnologias verdes.

O crescimento do consumo de inteligência artificial movimenta novos empreendimentos de armazenamento de dados por Data Centers. Em outra frente, a indústria pode ampliar o uso da energia elétrica renovável e do hidrogênio verde, e de seus derivados, em setores como fertilizantes, siderurgia e agroindústria. Além disso, a mobilidade elétrica e os serviços digitais podem aproveitar a abundância de energia renovável do Brasil para gerar produtos e serviços de maior valor agregado, destinados tanto ao mercado nacional quanto a outros países da América Latina. Portanto, para que a eletrificação gere os ganhos esperados de eficiência, competitividade e descarbonização, é essencial que ela também estimule o consumo nos momentos e regiões em que há maior disponibilidade de energia e menor custo para o sistema.

#### PROPOSTA DA ABEEÓLICA

Implementar os programas e estratégias nacionais para descarbonização e eletrificação industrial, com apoio da coordenação do MME, EPE, MDIC, MCTI, com mapa de novas cargas, balcão único de conexão, financiamento à modernização fabril por conversão elétrica industrial e contratos com contrapartidas de investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).

#### SEGURANÇA COM RACIONALIDADE

As estratégias devem considerar a implementação dos normativos de regulamentação da lei do hidrogênio de baixa emissão, continuar o desenvolvimento dos incentivos tributários e fiscais para os data centers com energia renovável adicional, mercado de carbono, além de estimular planos para compras públicas com energia renovável e certificação/rastreabilidade de produtos limpos. Os recursos do Fundo Clima e os outros instrumentos financeiros derivados dos fundos constitucionais devem priorizar projetos regionais com maior redução de emissões e geração de valor por real investido.

Transformar o potencial marítimo em nova indústria, infraestrutura portuária, energia e desenvolvimento costeiro responsável

Embora o Brasil disponha de um dos melhores recursos eólicos onshore do mundo e ainda tenha amplo potencial de expansão em terra, é fundamental dar continuidade à construção das bases para o desenvolvimento da energia eólica offshore. A aprovação do marco legal foi um passo importante, mas sua materialização dependerá do avanço da regulamentação infralegal, dos leilões de cessão de áreas, do planejamento espacial marítimo, da infraestrutura portuária, da conexão à rede e de mecanismos que sinalizem demanda. Trata-se de preparar o país para capturar, no momento adequado, oportunidades de investimento, geração de empregos, inovação tecnológica e desenvolvimento industrial nas próximas décadas.

## PROPOSTA DA ABEEÓLICA

Implementar integralmente a Lei nº 15.097/2025 por meio de uma Estratégia Nacional de Geração Eólica Offshore, com governança interministerial, portal único de informações, planejamento espacial marinho, critérios de cessão de áreas, licenciamento ambiental robusto, regras de conexão, estratégia portuária e roteiro para o primeiro certame.

## DESENVOLVIMENTO RESPONSÁVEL

A implantação deve incorporar participação antecipada de comunidades costeiras, pescadores, marisqueiros, povos tradicionais, setor naval e autoridades portuárias; repartição transparente de benefícios; qualificação profissional; monitoramento ambiental; e mecanismos de coexistência com navegação, pesca, defesa e conservação.

## INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

O desenvolvimento das eólicas offshore deve ser conectado à demanda, considerando o uso da rede, quando eficiente, e arranjos dedicados ou híbridos, inclusive com armazenamento, para hidrogênio, indústria e hubs portuários quando demonstrarem competitividade e benefício nacional.

## AGENDA PRESIDENCIAL DE IMPLEMENTAÇÃO

As contribuições apresentadas têm como base um trabalho constante da ABEEólica junto às diversas entidades relacionadas, incluindo MME, ANEEL, ONS, CCEE, EPE e demais agentes setoriais para garantir crescimento econômico responsável e seguro. A ABEEólica recomenda uma governança simples, com foco em entregas mensuráveis e sem criação desnecessária de novas estruturas.

## Indicadores Sugeridos

- Energia renovável cortada, por causa e região.
- Capacidade adicional de escoamento e tempo médio de acesso à rede.
- Potência e energia de armazenamento e flexibilidade efetivamente disponíveis.
- Custos sistêmicos, encargos e subsídios com beneficiário e prazo identificados.
- Novas cargas produtivas conectadas e investimento industrial mobilizado.
- Empregos, produção, conteúdo tecnológico e exportações da cadeia eólica.
- Cumprimento do cronograma regulatório e de infraestrutura da eólica offshore.